

APRESENTAÇÃO DA COLIGAÇÃO “NOVOS TEMPOS”



No dia do 47.º aniversário do PSD, 6 de maio, Rui Rio esteve na apresentação da coligação autárquica para Lisboa “Novos Tempos”, encabeçada por Carlos Moedas, e que juntou no Jardim da Estrela, em Lisboa, os líderes dos cinco partidos, PSD, CDS-PP, PPM, MPT e Aliança. Rui Rio criticou quer o candidato socialista por Lisboa quer o autarca do Porto, por manterem o “comentário político nas televisões todas as semanas”, sem que lhes façam as “perguntas incómodas” e que seriam expectáveis em democracia



pág. 8

PSD

PSD APRESENTA 15 MEDIDAS PARA SALVAR A ÉPOCA TURÍSTICA DURANTE O VERÃO

O PSD, através do CEN, propôs nomeadamente a vacinação dos profissionais do turismo com contacto direto com clientes e dar prioridade às regiões “com relevância turística”



pág. 12

LOCAIS

PSD EXIGE COMPENSAÇÕES PELO FECHO DA PONTE MÓVEL DE MATOSINHOS

O PSD/Matosinhos defende uma compensação pelo encerramento até dia 11 de maio da ponte que liga Matosinhos a Leça da Palmeira



pág. 14

REGIONAIS

MADEIRA QUER INVESTIR EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À MEDICINA

Miguel Albuquerque anunciou que o executivo pretende investir em inteligência artificial aplicada à medicina nos próximos anos



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

IMORAL

Pela calada da noite, na madrugada de 5 de maio, com um aparato policial digno de um regime autoritário ou ditatorial, meia centena de imigrantes foram levados e instalados no Zmar, em Odemira.

Uma operação, com uma unidade de intervenção armada até aos dentes, que obedeceu às ordens do ministro da Administração Interna, violando de forma grave a inviolabilidade do domicílio, consagrada na Constituição e fazendo tábua rasa da garantia de direitos fundamentais, em linha com os abusos discricionários e os métodos que, no passado, eram levados a cabo pela PIDE.

Poucas horas depois deste episódio que, estranhamente, a ministra da Presidência apelida como adequado para justificar o horário tardio e evitar burocracias, o Supremo Tribunal Administrativo dava razão à medida cautelar interposta pelos proprietários daquele complexo turístico e suspendia provisoriamente a execução do despacho de requisição civil.

Ou, dito de outro modo, perante uma decisão do Governo, que roça a deriva gonçalvista, o tribunal fez saber que o PREC havia acabado em 1975 e sentenciou um novo 25 de novembro para corrigir a situação, obrigando a que uma parte substancial dos imigrantes que se encontravam no complexo fossem reinstalados noutra local.

Esta operação e a miséria social, ética e moral da situação de Odemira, têm um único responsável: o primeiro-ministro. Só assim se compreende a incompreensível teimosia em manter no governo o ministro Cabrita, que é, desde o caso golagate, o bombo da festa de um Governo que não tem ministro da Administração Interna.

Nem a secretária de Estado para a Integração e Migrações, agora também desaparecida em combate, que ao afirmara, em março de 2020, que "Odemira é exemplo de integração de migrantes", se pode furtar a este julgamento.

O Governo está em decomposição acelerada e, pese embora, o país haja descoberto que, afinal, até tem uma responsável para as questões de migração e os direitos dos imigrantes, ninguém foi capaz de vir dar a cara e explicar o caso de alegado sucesso de integração social no sudoeste alentejano. Parece que a secretária de Estado, servirá apenas para "inglês ver" e preencher a quota daquele que é o maior executivo de sempre.

A governação socialista segue, pois, sem rei nem roque, evidenciando uma manifesta falta de vontade política e uma desastrosa autoridade moral para resolver os problemas dos cidadãos. É mais fácil o Governo juntar-se em torno de uma cimeira europeia de anúncios e propaganda, para objetivos de contornos genéricos, que se promete possam ser atingidos nos próximos 10 anos, do que cumprir as funções essenciais, que lhe competem, no quotidiano e no imediato, no plano nacional.

Portugal é, por estes dias, um Estado de direito desregulado e devassado pelo próprio Governo. Um país virado ao contrário, onde o executivo esconde dos cidadãos informação relevante, como as 1.738 páginas do Plano de Recuperação e Resiliência, enviado à Comissão Europeia e deliberadamente sonegadas ao Parlamento. Assim se ilude Bruxelas, para verdadeiramente enganar os portugueses.

Um Governo que finge que só finge estar preocupado com o futuro do País, porque não exige à administração do Novo Banco que explique o descaramento de incluir no relatório e contas a atribuição de prémios de 1,86 milhões de euros à equipa de gestão executiva, numa instituição que declarou 1.329 milhões de euros em 2020. Porque não obstante saiba que o Novo Banco vai receber 11 mil milhões de euros do nosso dinheiro, o Governo está mais preocupado em perseguir 150 proprietários privados do que em reverter a atribuição destes prémios imorais, cujo anúncio é atentatório para a condição social e económica em que, fruto da pandemia, se encontram milhares de famílias e empresas.

Um Governo que se tornou especialista em legitimar uma ordem imoral paralela à realidade, que atenta contra direitos humanos, nacionaliza prejuízos ou distribui perdas colossais, esconde informação com detalhes e investimentos, foge às responsabilidades ou concede borlas fiscais, atira as forças armadas para a indignidade, insulta a imprensa, adia reformas e até nivela a sociedade pelo miserabilismo social.

RUI RIO NA COLIGAÇÃO

Rui Rio acusa o Governo de querer "levar ao colo" o autarca e recandidato socialista à Câmara Municipal de Lisboa, porque "pelas guerras e desequilíbrios internos", os socialistas vão fazer tudo para manterem o poder na capital. "Estamos hoje em dia de Benfica-Porto e eu diria, nessa linguagem, que vão por a carne toda no assador em Lisboa. O Governo vai levar o dr. Fernando Medina ao colo na medida do possível e tem contado com algumas ajudas que não devia contar", alertou.

Na apresentação da coligação autárquica para Lisboa "Novos Tempos", encabeçada por Carlos Moedas, e que juntou na quinta-feira no Jardim da Estrela os líderes dos cinco partidos, PSD, CDS-PP, PPM, MPT e Aliança, Rui Rio criticou quer o candidato socialista por Lisboa quer o autarca do Porto, por manterem o "comentário político nas televisões todas as semanas", sem que lhes façam as "perguntas incómodas" e que seriam expectáveis em democracia. "A democracia e a transparência exigem igualdade de circunstâncias, faço um apelo a que, em nome dos princípios democráticos, todos os candidatos tenham as mesmas condições de disputar com lealdade a eleição de setembro ou outubro", apelou.

Rui Rio admite que vencer não é fácil em Lisboa, "mas quanto mais difícil, maior e mais saborosa é a vitória no dia em que acontece". "A vitória desta coligação e a eleição de Carlos Moedas vai ser particularmente saborosa", vaticinou.

No dia em que o PSD comemora 47 anos, Rui Rio enalteceu o papel do poder local pelo desenvolvimento do país, embora em Lisboa, "a qualidade de vida" esteja muito abaixo do que os lisboetas merecem. "Aqueles que mais sofrem com a centralização e concentração do país são os lisboetas", apontou.

Enquanto ex-presidente da Câmara do Porto, Rui Rio declarou que, se estivesse na pele de Carlos Moedas, "nem saberia por onde começar, tal é a tarefa, tantos são os problemas estruturais". "Se aquilo que é preciso aqui são mudanças, o último partido em que se deve votar é no PS, que é o partido mais conservador e mais avesso à mudança na prática", disse.

De qualquer forma, Rui Rio adianta que "o primeiro passo é oferecer aos lisboetas a possibilidade de terem, se quiserem, um excelente presidente da Câmara", considerando que Carlos Moedas reúne as três características que fazem dele um político credível: "competência, seriedade e coragem".

CARLOS MOEDAS: "AS PROMESSAS NÃO VALEM NADA NA BOCA DE FERNANDO MEDINA"

Carlos Moedas, o líder pela coligação "Novos Tempos" à Câmara de Lisboa, acusa o presidente da autarquia de não ouvir os munícipes e de faltar à palavra nos compromissos assumidos nas autárquicas de 2017. "As promessas não valem nada na boca de Fernando Medina. Fernando Medina nunca cumpriu o programa eleitoral", afirmou o antigo comissário europeu, que deu como exemplos, os "14 centros de saúde" que Fernando Medina prometeu, os seis mil fogos de renda acessível "que nunca fez", as "600 camas de cuidados continuados" que nunca disponibilizou e ainda os mesmos "320 lugares em parques dissuasores" que ia construir e não construiu".

Carlos Moedas defende uma "visão" para a capital, "uma cidade do futuro, que olhe para a Tecnologia e para a Cultura". "Como engenheiro, aquilo que olho para esta cidade penso, aquilo que falta a Fernando Medina, aquilo que falta a esta câmara municipal é sem dúvida a visão, que não tem, a execução, que também não tem, e a participação das pessoas que nunca teve", denunciou.

Para aproximar os munícipes da autarquia, Carlos Moedas anunciou que vai criar uma assembleia de cidadãos, censurando os maus exemplos que não tiveram a participação devida dos munícipes, tais como o "projeto das Torres do Restelo" e a ciclovia da Avenida Almirante Reis, que tem sido alvo de sucessivas críticas. "Alguém ouviu as pessoas que todas as manhãs se levantam na Almirante Reis e que vêm à rua completamente bloqueada com uma ciclovia que cria poluição? As ciclovias não são para a poluição, são para retirar a poluição, são para descarboxar a cidade", considerou.

Por isso, com o objetivo de ouvir os cidadãos, realçou que se propõe a "fazer algo de muito diferente". "Algo com risco, mas com coração e paixão como sempre tive. Quero criar uma assembleia de cidadãos para Lisboa, uma assembleia que seja diferente, que não vai substituir o que temos, mas que vai complementar, com pessoas diferentes", explicou.

A APRESENTAÇÃO DA DO “NOVOS TEMPOS”



**VEJA O TEMPO DE ANTENA
DOS 47 ANOS DO PSD
DEDICADO AO PODER LOCAL.**



RUI RIO

“ESCRAVIDÃO” EM ODEMIRA “ENVERGONHA PORTUGAL”

Rui Rio diz que Portugal “tem todas as razões para se envergonhar” da “quase escravidão” que envolve trabalhadores imigrantes no sudoeste alentejano e pede responsabilidades ao Ministério da Administração Interna pela sua atuação em todo este caso.

“Acho que Portugal todas as razões para se envergonhar de semelhante situação. Não temos ali escravidão como era há 200 anos atrás, mas temos quase escravidão e a minha pergunta é: o que é que fez o Ministério da Administração Interna através, por exemplo, da GNR que está lá no terreno e que vê aquilo? Não fez nada”, afirma Rui Rio, na “Grande Entrevista”, transmitida dia 5 de maio, na RTP3.

O Presidente do PSD manifestou ainda estranheza pelas notícias que referem que a Polícia Judiciária está a investigar “há mais de dois anos” denúncias de imigração ilegal e tráfico de pessoas. “Eu pergunto: a investigar o quê? A pessoa vai a Odemira e ao fim de pouco tempo olha e vê as pessoas ali, tem as denúncias. Ficam mal os empresários que fazem uma coisa dessas, mas fica particularmente mal o poder público, seja através do Ministério da Administração Interna, seja através do Ministério do Trabalho ou do Ministério da Justiça”, refere.

“Agora vão todos para lá a correr, aquilo é uma vergonha”, acrescenta.

Rui Rio critica ainda a omissão da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), assim como do município de Odemira. “Agora vão todos para lá correr”, lamenta.

Rui Rio considera que é necessário “instaurar processos-crimes, fazer julgamentos e dar condições aos trabalhadores” para acabar com este caso “inaceitável” de Terceiro Mundo.

NOVO BANCO: PSD VAI ENTREGAR EXPOSIÇÃO NA PGR

Rui Rio anunciou que o PSD vai entregar “uma exposição” sobre o Novo Banco na Procuradoria-Geral da República e defendeu que a instituição deveria ter ficado na esfera do Estado antes de ser vendida.

“Os contribuintes portugueses vão meter 8,8 mil milhões de euros no Novo Banco e agora a Lone Star vai pegar nele limpinho e vai vendê-lo e ganhar dinheiro com isso. Então se metemos este dinheiro todo lá, porque é que as ações não são do Estado, porque é que o Novo Banco não ficou no Estado? E agora sim, com ele limpo, era vendido e o lucro da venda era para os contribuintes”, defendeu.

O líder do PSD divulgou que “nos próximos dias” o partido vai entregar uma exposição sobre esta instituição bancária na Procuradoria-Geral da República (PGR). “Não é uma queixa-crime, é uma exposição, não vamos pôr lá muita coisa que não esteja no domínio público, mas não percebo como é que a PGR não está a investigar uma coisa destas”, disse.

Rui Rio admitiu, contudo, que irá fazer essa exposição “com o mesmo sentimento que, infelizmente, têm dez milhões de portugueses”.



Questionado sobre as conclusões da auditoria do Tribunal de Contas (TdC), conhecida na segunda-feira, Rui Rio considerou que ainda não fez “tudo o que o Parlamento pediu”, nomeadamente avaliar “os negócios do Novo Banco um a um para saber se os preços foram corretos ou incorretos”.

“Mas diz que o Estado pagou ao Novo Banco sem verificar a fatura”, afirmou, considerando que tal deu razão à posição do PSD.

No dia 5 de maio, Rui Rio esteve na inauguração da nova sede da distrital do PSD de Setúbal.

GOVERNO NÃO QUER “FAZER RIGOROSAMENTE NADA” NA JUSTIÇA

Nesta entrevista, Rui Rio criticou os políticos que “vêm a correr” apresentar iniciativas e propor agravamentos de penas “de cada vez que há um problema”. “Isso só os descredibiliza, fazem-no por razões de popularidade”, apontou.

Apesar de considerar que a proposta da Associação Sindical dos Juizes Portugueses de criação de um crime de ocultação de riqueza “não é má” e até poderá votar “a favor”, Rui Rio considerou que não resolverá a maioria dos casos. “Temos de ser honestos com as pessoas, o assunto é difícil e contra a corrupção somos todos ou quase todos”, afirmou.

Rui Rio refuta as críticas do Primeiro-Ministro de que, com as suas propostas, ataca a independência do poder judicial, acusando António Costa de ter interferido na escolha do procurador europeu, quer recorrendo a escutas do tempo da Casa Pia. “Quem é criticado pelo Parlamento Europeu, por uma larguíssima maioria, é o próprio Primeiro-Ministro, por ter interferido indevidamente na escolha do procurador europeu, que, inclusive, deu dados errados no currículo, para conseguir lá pôr o procurador que quer e não aquele que, por mérito, lá deveria estar. Enviaram-me um mail com escutas telefónicas do tempo da Casa Pia onde está o dr. António Costa a tentar interferir com a justiça, está no Youtube”, disse.

Rui Rio entende que “não é politicamente honesto” dizer que quer “interferir na independência do poder judicial quando ele [Primeiro-Ministro] até tem esse historial”, acrescentando não compreender como é que “alguém com a responsabilidade do Primeiro-Ministro e que até foi ministro da Justiça” pode olhar para o estado do setor e “continuar a não querer fazer rigorosamente nada”.



RUI RIO NO 1.º FÓRUM DO CEN

“O DESEMPENHO DE EDUARDO CABRITA É MUITO FRACO”, NÃO TERIA “CONDIÇÕES PARA ESTAR NO GOVERNO”

Rui Rio considera que se fosse Primeiro-Ministro, Eduardo Cabrita não teria “condições para estar no Governo”. “O ministro [da Administração Interna] Cabrita tem um desempenho muito fraco”, avalia Rui Rio.

“Eu não tenho de pedir demissões de ministros, porque isso é o Primeiro-Ministro que deve decidir. O máximo que posso dizer é que se eu estivesse no lugar de Primeiro-Ministro, se um ministro que se comporta desta maneira, estava ou não estava no Governo? E o ministro Eduardo Cabrita, se eu fosse Primeiro-Ministro, não tinha condições para estar no Governo, mas não é só exclusivamente por causa de Odemira, é por todo o seu desempenho”, referiu.

À margem do 1.º fórum do CEN do Porto, na sexta-feira, Rui Rio lembrou que, “já em 2018”, o relatório anual de Segurança Interna alertava para a situação de Odemira.

Além do Ministério da Administração Interna, o Presidente do PSD enumerou outros Ministérios que “tinham obrigação de estar a par e a tratar do caso”, apontando o dedo ao Ministério da Justiça, “porque a polícia anda a investigar”, bem como ao Ministério do Trabalho “por ter a obrigação de ir lá ver as condições, ou falta delas, em que as pessoas lá estavam a trabalhar”.

“A Polícia Judiciária, segundo as notícias que vieram a público, anda a investigar há mais de dois anos. Eu pergunto: se demora dois anos a investigar o que está à vista de todos, não sei para que serve a investigação a não ser para se dizer que se está a fazer”, acrescentou.

Quanto à requisição civil do complexo turístico ZMar, Rui Rio assegurou estar “convencido” de que o Governo vai “ultrapassar juridicamente” o facto do Tribunal ter aceite a providência cautelar dos proprietários, mas que isso “não quer dizer que politicamente concorde” com a forma como o executivo de António Costa atuou.

“O Governo tem meios, nesta fase, para ultrapassar a providência cautelar. Depois o Tribunal voltará a decidir (...). Mas isso não quer dizer que politicamente eu concorde que um Governo não olhe para o que se passa em Odemira durante anos e anos e de repente mande tudo para lá, faça uma requisição civil, mande a GNR invadir



propriedade privada. É tudo um desastre como é óbvio”, considerou.

Rui Rio quer que se exija às empresas que recrutaram os trabalhadores imigrantes que “ofereçam condições de

trabalho decentes”, sublinhando que estas “têm de cumprir regras e respeitar os direitos humanos”.

“E depois a tal investigação tem de apanhar as redes de tráfico humano que ali existem. É absolutamente inadmissível em qualquer parte do mundo, particularmente num país europeu. Isto não é um país de quinto mundo, é um país europeu”, concluiu.



“OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS” É A SOLUÇÃO PARA TORNAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE

Para o Presidente do PSD, a Administração Pública tem vindo a degradar-se, defendendo que primeiro é preciso “eliminar desperdícios” e “otimizar os recursos”.

“Para mim, é preciso que os serviços do Estado funcionem direito. É preciso eliminar o desperdício. É preciso otimizar os recursos e depois no fim, se fizermos esse caminho, logo se vê se em cada serviço é preciso algum funcionário a mais ou até se existem funcionários a mais”, defendeu.

O líder do PSD recusa colocar a resposta das dificuldades



CIMEIRA SOCIAL: RUI RIO PEDE ESTRATÉGIA PARA INTEGRAR AS PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO

O Presidente do PSD sublinhou, a propósito da Cimeira Social que decorreu, no Porto, que a Europa e os estados-membros têm de ter uma estratégia para que “as pessoas não sejam escoraçadas para sempre do mercado de trabalho”.

O líder dos social-democratas defende que “aquilo que a Europa tem de fazer, e cada um dos estados-membros, no quadro do pilar social é ter uma estratégia para acompanhar as pessoas para que as pessoas não sejam escoraçadas para sempre do mercado de trabalho”.

Rui Rio analisou as circunstâncias atuais do mercado

de trabalho e defendeu que “o fundamental” é que “as pessoas tenham apoio”. “Nós sabemos que por força da pandemia e por força da reconversão da economia e por força da digitalização, há muitas pessoas que têm de ser acompanhadas ou porque já ficaram no desemprego ou porque vão ficar no desemprego porque não se adaptam às novas dinâmicas da economia. E cada vez vai ser mais assim porque as mudanças são cada vez mais aceleradas. É fundamental que tenham apoio”, apontou.

Por fim, sobre as declarações da presidente da Comissão Europeia, que declarou que a vacinação contra a covid-19 está “encaminhada”, o Presidente do PSD afirmou que “é a melhorar que todos aprendem”. “A vacinação à escala europeia teve notórios problemas no princípio, entretanto foi normalizando e as coisas estão numa situação de cruzeiro. Temos de ter paciência e cada um dos países fazer o melhor que sabe o pode na vacinação. Penso que é sempre a melhorar porque vamos aprendendo todos”, sintetizou.

da Administração Pública “no patamar” do número de funcionários. “O que falta na Administração Pública não é mais gente, nem menos gente, não é colocar neste patamar, falta é otimização dos recursos e racionalização dos meios. A Administração Pública tem dificuldades e nos últimos anos tem-se vindo a degradar”, salientou.

Rui Rio frisou que a questão “não está em mais ou menos funcionários públicos”, após questionado sobre as afirmações do Primeiro-Ministro, que em entrevista à Lusa disse que a proposta portuguesa de Plano de Recuperação e Resiliência estabelece a contratação de mais funcionários públicos e prevê uma reforma das profissões reguladas.

Durante a sessão de abertura do CEN, Rui Rio disse que o PSD está a fazer reformas para que o funcionamento do partido seja diferente, algo que se for alcançado, constitui “um grande serviço ao país e os outros partidos”.

Rui Rio acusa o PS de ser o partido do sistema e que não fazer reformas estruturais que fazem falta como a do sistema judicial e do sistema político.

“E o PS quer fazer tudo menos reformar”, explicou.

No primeiro fórum que o CEN faz à escala distrital, o líder do PSD disse ter “esperança” de que com “o alívio da pandemia o CEN possa movimentar-se mais”.

Na reunião participaram também o provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, António Tavares, o presidente do CEN, Joaquim Miranda Sarmiento, e o candidato à Câmara Municipal do Porto, Vladimiro Feliz.



RUI RIO

OS VALORES ÉTICOS PROMOVEM “UMA SOCIEDADE MAIS PROPICIADORA DA FELICIDADE”



Rui Rio considera que “quem faz batota e não cumpre as regras éticas” só leva vantagem no curto prazo. “A mentira, a hipocrisia, a difamação, a deturpação, a deslealdade e a ingratidão, tudo aquilo que designamos em linguagem popular os golpes baixos, são tudo comportamentos menos éticos”, especificou.

Numa conferência online organizada pela JSD de Lamego sobre “Importância da ética na política e no exercício da vida pública”, na segunda-feira, 10 de maio, Rui Rio elencou sete princípios e valores éticos que entende como relevantes não só para a política, mas também para a vida e para o funcionamento de uma “sociedade equilibrada”.

“É obviamente muito, muito difícil resistir na vida pública, quando em cada canto, em cada esquina, estamos confrontados com violações de ordem ética, seja dentro do partido, seja fora do partido, seja até por instituições. É preciso ter uma capacidade de resistência muito grande, eu essa capacidade tenho, sempre tive ao longo da vida”, disse.

Rui Rio sublinha que a pergunta é, muitas vezes, se “vale a pena resistir quando a maior probabilidade é não vencer”, salvaguardando não estar a referir-se a eleições, e deu a resposta: “A probabilidade de sucesso é menor, mas não é zero (...) Resistir na política perante estas circunstâncias é ir buscar o combustível acreditando que chegando ao poder consegue-se melhorar muita coisa e influenciar através do exemplo”.

Para o Presidente do PSD, a resposta pode estar na persistência: “Quem faz batota e não cumpre as regras leva sempre vantagem, seja na vida política, seja num jogo. Mas leva vantagem no curto prazo, leva desvantagem no longo prazo”.

Rui Rio diz que “o tempo é um aliado do ser humano que é eticamente correto” e orgulha-se de estar prestes a bater o recorde de “Presidente do PSD que esteve mais tempo como líder da oposição”.

“E mesmo no PS não sei se houve alguém que esteve tanto tempo à espera. Mas há um recorde que não vou ter: mesmo que chegue a primeiro-ministro, dificilmente baterei o recorde do professor Cavaco Silva que esteve dez anos, hoje é muito difícil ser primeiro-ministro durante dez anos. Por isso é que o dr. António Costa já está meio de saída, ao fim de seis ou sete”, declarou.

Aos jovens da JSD de Lamego, Rui Rio deixou sete regras éticas que devem estar presentes na “sã convivência” com os outros e que podem gerar “uma sociedade mais propiciadora da felicidade”.

“A primeira regra ética é ser verdadeiro, ou seja, respeitar sempre a verdade e não mentir. Por exemplo, vamos ter autárquicas: quando faço um programa, não posso prometer aquilo que sei de antemão que não posso cumprir, é ser verdadeiro”, exemplificou.

Ser coerente, ou seja, “agir sempre em função das suas convicções, não moldando às circunstâncias” – mesmo que possam evoluir ao longo dos anos –, ser leal aos outros, ser grato (“não cuspir no prato que comeu”), ser correto com os adversários (“não atropelar para conseguir chegar onde quero, não deturpar o que o outro disse”), ser sério e rejeitar a hipocrisia e, finalmente, “cumprir a palavra dada” foram as restantes linhas éticas recomendadas por Rui Rio.

“Alguém que fizesse sempre tudo isto era bastante irrepreensível e quase que não era humano, uma falha aqui ou acolá temos de aceitar a toda a gente porque somos todos humanos, coisa diferente é não cumprir de todo estas

regras ou nem ter a preocupação de as cumprir”, defendeu.

Questionado por um dos jovens, numa iniciativa que se estendeu por cerca de hora e vinte minutos, se a política era incompatível com a ética, Rui Rio respondeu negativamente, embora admitindo que possa ser um campo onde é “mais difícil” não pisar a linha. “Na política, há sempre uma permanente competição, seja com os nossos adversários de outros partidos, seja dentro do partido. Como estamos sempre em dificuldades, tendemos muitas vezes em pisar linhas, a política não é incompatível com a ética, mas põe-nos mais à prova do que outros setores da vida em comum”, afirmou, dizendo que é nesses momentos difíceis que se vê “a fibra de cada um”.

LISBOA NÃO OFERECE AOS LISBOETAS A QUALIDADE DE VIDA QUE PODIA OFERECER SE TIVESSE UM PRESIDENTE DE CÂMARA COM A CREDIBILIDADE DE CARLOS MOEDAS.



PSD APRESENTA 15 MEDIDAS PARA SALVAR A ÉPOCA TURÍSTICA DURANTE O VERÃO

O PSD propôs, na terça-feira, 15 medidas para “salvar a época turística de verão de 2021” em Portugal, entre elas a vacinação dos profissionais do turismo com contacto direto com clientes e prioridade às regiões “com relevância turística”.

No documento produzido pela subsecção de Turismo do Conselho Estratégico Nacional (CEN), o PSD sustenta que, além de “grandes medidas” a tomar no quadro da União Europeia – como a operacionalização do certificado digital verde até ao mês de junho –, também devem ser tomadas “medidas complementares” no plano nacional, salientando que a concorrência entre os países do sul da Europa “vai ser feroz”.

“Há uma batalha que se está a travar pela disputa dos turistas e essa tem de ser encarada muito a sério por um país que depende muito do turismo”, afirma José Santos, coordenador do subgrupo para o Turismo, que funciona afeto à secção temática de Economia e Empresas do CEN.

O PSD cita dados públicos para referir que a cadeia de valor do turismo “terá perdido, desde o início da pandemia, à volta de 45 mil trabalhadores, 19 mil dos quais nas subatividades da hotelaria e da restauração”.

Para o PSD, os mercados que devem merecer uma monitorização mais atenta são o Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica e EUA.

15 MEDIDAS PARA RENASCER A DINÂMICA ECONÓMICA NO TURISMO NACIONAL:

Medida nº 1 - Proceder no imediato à abertura das fronteiras, no seguimento do projeto de recomendação aprovado há uma semana pela Comissão Europeia, abrindo-se, assim, a possibilidade de realização de viagens por razões não essenciais para todas as pessoas vacinadas, com teste covid-19 negativo e provenientes de países com uma boa situação epidemiológica.

Medida nº 2 - Dar prioridade e acelerar, tanto quanto possível, a vacinação das populações das regiões de maior relevância turística, sem que isso prejudique o planeamento global definido pelas autoridades sanitárias. Impõe-se, no entanto, que o Governo tenha a necessária sensibilidade para a prioridade económica dos concelhos que dependem do turismo.

Medida nº 3 - Vacinar no imediato os profissionais do turismo, englobando nesta categoria os trabalhadores que têm um contacto direto com o cliente-turista. Trata-se de uma medida estrutural para uma retoma rápida e sustentável (a Região Autónoma da Madeira já iniciou o processo). Países concorrentes de Portugal, como a Croácia, Turquia e República Dominicana já o estão a fazer.

Medida nº 4 - Disponibilizar, no destino, testes a um preço simbólico aos turistas que vão necessitar deles para o seu regresso, o que, além da relevância sanitária, irá gerar publicidade positiva para o país e seus destinos regionais. Regiões como Menorca, em Espanha, já anunciaram que irão, inclusive, oferecê-los.

Medida nº 5 - Assegurar a logística local de testes, evitando que os turistas sejam incomodados durante a estada. Devem ser previstos testes nos hotéis e nas farmácias, com o envio dos resultados diretamente para os telemóveis dos turistas, com QR CODE para o check-in na partida.

Medida nº 6 - Melhoria e adequação logística dos aeroportos e portos de cruzeiros para lidar com os passaportes turísticos ou outras medidas de controle



nessas infraestruturas. Deve ser prevista a realização de testes de diagnóstico à covid-19.

Medida nº 7 - Lançar um mecanismo célere de monitorização e verificação das condições de receção dos passageiros nos aeroportos nacionais, tomando como referência o trabalho realizado pela Região Autónoma da Madeira. Com esta medida, pretende-se evitar os constrangimentos e as situações pouco abonatórias para a imagem do país que aconteceram no pós 1.ª vaga da pandemia.

Medida nº 8 - Criação de uma ferramenta informativa de apoio à tomada de decisão pelo turista, ajudando-o na escolha de Portugal como o seu destino de viagem. Com efeito, a pandemia veio criar uma espécie de “nova burocracia” de regras associadas ao ato de viajar em tempo de covid, o que nem sempre é mobilizador da deslocação. Esta ferramenta, que deverá ser gerida pelo Turismo de Portugal, reunirá informação de várias fontes (Governo, SNS, ANA, Proteção Civil, outros). Deverá ser atualizada diariamente e exportada para ambientes noticiosos e digitais, nomeadamente nos mercados externos emissores.

Medida nº 9 - Sistematização dos seguros de viagem existentes e disponíveis no mercado, no quadro da proteção à doença da Covid-19, com informação ao tecido empresarial, impulsionando a dinamização de processos abrangentes de “seguros de território” pelas estruturas regionais de turismo.

Medida nº 10 - Comunicação em permanência com tour-operadores e companhias aéreas, por forma a garantir a segurança e eficácia das respetivas operações.

Medida nº 11 - Monitorizar medidas tomadas por destinos concorrentes no sentido de as acompanhar, evitando perdas de competitividade (por exemplo, Menorca oferece testes; Alasca e Sérvia oferecem vacinas aos turistas com opção de escolha; Croácia e Turquia estão a vacinar todos os profissionais de turismo), com comunicação célere aos “trades” regionais e divulgação de informação no Travel BI do Turismo de Portugal.

Medida nº 12 - Acelerar a implementação de programas globais de certificação de Destino Seguro

nos destinos regionais, tendo como base protocolos validados, ou, não havendo, estimular junto das Entidades Regionais, através do Turismo de Portugal, a sua adoção, garantido ainda a informação contínua à comunidade local. Pretende-se também, com esta medida, prevenir eventuais conflitos entre as comunidades de destino e os visitantes, os quais chegaram a suceder, felizmente sem grande significado, no verão de 2020.

Medida nº 13 - Criação de uma plataforma de experiências seguras e sustentáveis, organizadas por destino regional e com conteúdos exportáveis para o site visitportugal (canais em idioma estrangeiro), contendo informação sobre o portefólio de serviços oferecidos pelos agentes de animação, enoturismos e atores da fileira turística em geral.

Medida nº 14 - Acompanhar a evolução da imunidade coletiva dos principais mercados emissores, tendo em vista a melhor decisão quanto às opções promocionais prioritárias a realizar. Os mercados que devem merecer uma monitorização mais atenta são o Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Países Baixos, Bélgica e EUA. Propõe-se a criação de uma área específica, dedicada, resumida e facilmente acessível no Travel BI do Turismo de Portugal, contendo identificação clara e o mais completa possível sobre a situação de cada mercado emissor.

Medida nº 15 - Implementação imediata de um plano de promoção externa com verbas robustas para estimular a retoma junto dos mercados com maior imunidade coletiva (por exemplo, Nova Iorque vai investir 30 milhões de dólares no plano promocional de recuperação pós-covid). Neste sentido, dever-se-ia anunciar quais as verbas disponíveis para a promoção do país até ao final do ano, por um lado, e, por outro, antecipar para junho a preparação do novo ciclo de contratualização da promoção e comercialização turística externa, uma vez que o atual finda a 31 de dezembro. É sabido que, nesta fase, a concorrência entre destinos se tornará ainda mais efetiva. Veja-se, a título de exemplo, aquela que envolve as ilhas mediterrânicas, que disputam entre si o campeonato do “destino sem covid”. Assim sendo, o alinhamento entre a promoção turística externa nacional e a dos destinos regionais deve ser ainda mais efetivo e eficiente.

RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS, PSD ORGANIZA DEBATE

O PSD vai realizar um debate no Parlamento, na quinta-feira, 13 de maio, com o objetivo de “espevitir” o Ministério da Educação a “agir com urgência” quanto à recuperação de aprendizagens perdidas durante o ensino à distância devido à pandemia.

Numa organização conjunta do grupo parlamentar e do Conselho Estratégico Nacional (CEN) do partido, o debate terá como oradores convidados o vice-Presidente do partido e ex-ministro da Educação, David Justino, e o politólogo e coordenador do livro “Escolas para o Século XXI”, Alexandre Homem Cristo. A iniciativa, que será transmitida online, contará também com um debate em que o PSD conta ter a participação de diretores e professores.

O anúncio foi feito pela deputada Cláudia André, no final de uma audição parlamentar, requerida pelo PSD, sobre a recuperação de aprendizagens, que contou com vários especialistas em educação, entre eles um representante da OCDE, a presidente do Conselho Nacional de Educação, e vários investigadores académicos, que “reconheceram que pouco ou nada foi feito” até agora em matéria de recuperação de aprendizagens.

De acordo com a deputada, “em setembro de 2020, devíamos ter tido um plano para desenvolver ao longo do ano letivo, fizemos o segundo confinamento sem plano de recuperação de aprendizagens e o PSD está preocupado e quer levantar esta questão”.

“Já tivemos evidências académicas, vamos tentar na próxima quinta-feira ouvir os que estão no terreno e fazemos um retrato mais próximo e mais real destes constrangimentos que atingem os alunos portugueses há dois anos letivos”, referiu.

O objetivo do PSD com este debate, explicou a deputada, é “de forma construtiva, ajudar e, no fundo, espevitir o Ministério da Educação a fazer algo, a agir urgentemente”. Apesar de em março o Primeiro-Ministro ter anun-



ciado que iria apresentar um plano de recuperação das aprendizagens, a social-democrata sinaliza que “ainda nada sabemos sobre esse plano, ainda não fazemos ideia das linhas estratégicas que estejam a ser pensadas para orientar as escolas”

Segundo a deputada do PSD, todos os especialistas apontam para um agravamento do fosso entre os alunos, nomeadamente entre os que têm dificuldades socioeconómicas e de aprendizagem, o que os sociais-democra-

tas consideram poder ser corrigido com mais professores nas escolas.

“O que nós queríamos era que se investisse seriamente em recursos humanos para aumentar o apoio personalizado aos alunos”, defendeu, referindo que uma medida que tem sido adotada em outros países passa por apoio extra na sala de aula por professores ou tutores, em especial no 1.º ciclo.

DESIGUALDADES ENTRE OS ALUNOS ESTÃO A AGRAVAR-SE



O PSD insiste na importância de se fazer um levantamento da dimensão da perda de aprendizagens, causada pela pandemia, e de se implementarem medidas para a sua recuperação.

Na audição parlamentar sobre a recuperação das aprendizagens, requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD, Cláudia André recordou que, desde março de 2020, as famílias viram-se forçadas a adaptar meios, comportamentos e rotinas, os profes-

sores pressionados a atualizar metodologias e equipamentos e a escolas a reinventarem-se para corresponderem às inúmeras exigências.

Tudo isto, adianta a deputada, numa realidade em que “o parque informático da maioria das escolas é deficitário e/ou obsoleto, em que a conectividade de muitas regiões é quase inexistente, e onde 47% da população não terminou o secundário”. Face a estes dados, à semelhança do que admitem várias entidades, Cláudia André frisou que “o impacto do encerramento das escolas não foi o mesmo para todos os alunos portugueses”.

“Existe um evidente alargamento das desigualdades entre os alunos, aumentando o risco de abandono e o retrocesso irreversível por parte dos alunos mais vulneráveis. Apesar de professores e pais terem realizado um trabalho notável, sabemos hoje que a sala de aula é o melhor lugar para os alunos aprenderem”, referiu a deputada.

Em virtude deste agravamento das desigualdades, Cláudia André adianta que “a reabertura das escolas deveria ter sido acompanhada por um compromisso plenamente assumido em que conferir um plano de recuperação de aprendizagens, uma estratégia para a mitigação das desigualdades das condições de partida, de forma que nenhum aluno fosse deixado para trás”.

Contudo, após dois confinamentos, dois encerramentos de escolas e mais de 14 meses decorridos “não é conhecida a dimensão da perda de aprendizagens, não existiu um plano dirigido aos alunos mais vulneráveis, não é conhecido nenhum plano excecional de recrutamento ou formação de professores”. Perante esta realidade, Cláudia André apela ao Governo para dê o mais rapidamente possível uma resposta para a minimização destes problemas.

PSD PEDE ESCLARECIMENTOS AO GOVERNO SOBRE CRITÉRIOS DA 2.^a FASE DE VACINAÇÃO



O PSD acaba de questionar a ministra da Saúde sobre os critérios para a definição de grupos a vacinar na 2.^a fase do Plano de Vacinação contra a covid-19.

São nove as perguntas que os deputados querem ver esclarecidas, nomeadamente sobre as orientações dadas pelas autoridades de Saúde para serem vacinadas determinadas faixas etárias, o esquema vacinal, os grupos escolhidos e as diversas vacinas disponíveis para imunizar os cidadãos.

De acordo com o PSD, no dia 5 de maio, foi ouvida a Comissão Técnica de Vacinação contra a covid-19 (CTVC) numa audição conjunta da Comissão de Saúde com a Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença covid-19 e do processo de recuperação económica e social, todavia, “há questões, da maior relevância, que ficaram por esclarecer”.

“Em Portugal, será possível, à semelhança de outros países, como o Luxemburgo, que cidadãos com menos de 50 ou de 60 anos conscientes dos riscos associados que queiram voluntariamente ser vacinados com vacinas Janssen ou Astrazeneca, respetivamente, o possam fazer? Se sim, quando é que isso poderá acontecer e de que forma os utentes se poderão inscrever? No caso das pessoas com menos de 60 anos que levaram a vacina AstraZeneca numa primeira dose, qual é a orientação em relação à segunda toma para completar o esquema vacinal?”, interrogam os deputados.

O PSD tem recebido várias informações sobre práticas contraditórias no terreno, relativamente à vacinação de pessoas que já tenham contraído o vírus. Desde o início do processo de vacinação, já existiram várias orientações diferentes em relação aos utentes infetados: inicialmente, previa-se que fossem vacinados com as duas doses de vacina, sobretudo nos lares e instituições equiparadas; mais tarde a indicação foi para não se vacinar de todo e, atualmente, a norma 002-21 da DGS indica que os utentes que tenham sido infetados devem ser inoculados com uma dose (por razões de escassez de vacinas e não científicas),

à exceção dos doentes imunodeprimidos, a quem deve ser administrado o esquema vacinal completo.

Têm também chegado à bancada social-democrata relatos de situações, em concreto em lares, em que “todos os utentes foram inoculados com as duas doses, mesmo tendo tido covid-19, outros a quem só foi administrada uma dose e outros ainda em que lhes foi negada a vacinação por estarem “aleadamente imunizados” pela infeção prévia. Ou seja, segundo o PSD, “não existe uma definição sobre qual é a regra correta a aplicar, nem um tratamento igual de casos similares”.

O PSD pergunta:

1. Em Portugal, será possível, à semelhança de outros países, como o Luxemburgo, que cidadãos com menos de 50 ou de 60 anos conscientes dos riscos associados que queiram voluntariamente ser vacinados com vacinas Janssen ou Astrazeneca, respetivamente, o possam fazer? Se sim, quando é que isso poderá acontecer e de que forma os utentes se poderão inscrever?
2. No caso das pessoas com menos de 60 anos que levaram a vacina AstraZeneca numa primeira dose, qual é a orientação em relação à segunda toma para completar o esquema vacinal?
3. No caso das pessoas que já foram infetadas com o vírus Sars-Cov-2, qual é a regra correta a seguir: devem ser inoculadas uma vez, duas vezes (no caso de esquema vacinal com duas doses) ou não devem ser vacinadas? Qual é o critério ou critérios que fundamentam esta orientação? O que está a ser feito para garantir uma homogeneidade de tratamento destes casos no processo de vacinação?
4. Está fora de questão a possibilidade de misturar vacinas, sendo a única prática cientificamente aceitável é a que a norma 002-21 da DGS prevê, quando refere que, em qualquer esquema vacinal,

deve ser assegurado que o agendamento para a segunda dose deve garantir que a vacina utilizada é da mesma marca?

5. Os cuidadores informais são ou não são grupo prioritário da 2.^a fase de vacinação, como lhes foi comunicado que sim no dia 21 de abril? Se são, porque não estão incluídos na listagem pública de grupos a vacinar, atualizada na mesma data?
6. Existem outros grupos e/ou entidades que estão a ser vacinados de forma informal, sem que exista norma, parecer ou despacho que sustente essa alteração? Se sim, quais e qual o fundamento para não ser pública essa informação?
7. Sobre a vacina da Pfizer: ouve-se falar – mais uma vez na comunicação social – que existe grande probabilidade de os cidadãos que foram vacinados com a vacina da Pfizer-BioNTech terem de ser inoculados uma terceira vez. Esta informação já está a ser avaliada pela Comissão Técnica de Vacinação e, acaso se verifique essa necessidade, será o Estado a garantir integralmente os custos associados a uma 3.^a inoculação e todas as necessárias, no âmbito do processo de vacinação contra a covid 19?
8. Que tipo de acompanhamento está a ser realizado no período pós-inoculações e pós-imunizações, consoante os diferentes grupos vacinados contra a covid-19? Há controlo e registo sobre reações adversas das diferentes vacinas em Portugal? Quem está a trabalhar esses dados e quando se poderão retirar as primeiras conclusões preliminares, que serão naturalmente importantes como base de sustentação de possíveis adaptações que o plano de vacinação possa vir a sofrer futuramente?
9. A Comissão Técnica de Vacinação contra a covid-19 mantém contacto com equipas internacionais sobre este tipo de acompanhamento pós vacinação, para partilha de dados e alimentação da comunidade científica?

JUSTIÇA

NÃO É POSSÍVEL COMBATER A CORRUPÇÃO SEM COMBATER A MOROSIDADE DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS



O PSD defende que “a morosidade da justiça administrativa e fiscal é um dos principais fatores, senão mesmo o primeiro, de comportamentos corruptivos”. Numa audição no Parlamento, dia 4, Mónica Quintela perguntou à ministra da Justiça como é que o Governo “pretende combater a corrupção e a criminalidade económico-

-financeira sem resolver o problema gravíssimo dos Tribunais Administrativos e Fiscais (TAF)”, que mais do que lentos “estão simplesmente paralisados”.

“Como exigir a um cidadão que espere 10, 15, 20 anos, e às vezes mais, por uma decisão? É quase um convite a

que resolvam de uma forma mais célere”, disse a coordenadora social-democrata na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Considerando que o sistema judicial português “cristalizou”, Mónica Quintela voltou a defender “uma reforma estrutural para resolver problemas que consideramos que são crónicos”.

Sobre a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção apresentada pelo executivo, a deputada social-democrata disse que o PSD viu com agrado “que o Governo adotou muitas das nossas propostas”, mas expressou a sua preocupação relativamente a outras. Mais concretamente, apontou, “a questão da dispensa da pena (obrigatória) caso o agente denuncie o crime em todos os seus contornos antes da instauração do procedimento criminal”, bem como a “questão da negociação das sentenças”. No primeiro caso, Mónica Quintela realçou que “as pessoas quando delinquem não vêm a correr confessar-se ao Ministério Público ou à polícia, só o fazem quando são investigadas”. Sobre a negociação das sentenças, afirmou que se trata de “um mercadejar da justiça”, pondo em causa muitos princípios da justiça.

No arranque da sua intervenção, a social-democrata fez alusão a uma resolução do Parlamento Europeu aprovada por larga maioria, em que “manifesta profunda preocupação por o Governo português ter dado informações erradas sobre as qualificações profissionais e experiência do Dr. José Guerra e que levaram à nomeação para o cargo de procurador europeu”.

Mónica Quintela frisou que o “Estado português foi censurado e o procurador que o Governo nomeou ficou francamente fragilizado, o que era absolutamente evitável”.

PRR

GOVERNO ESCONDEU MEDIDAS DE AUSTRIDADE E QUE VÃO ALÉM DA TROIKA

Maló de Abreu acusa o Governo de ter escondido dos portugueses a parte do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que contém “medidas que revelam o avanço da austeridade, medidas que vão para além da troika e que não parecem justificar-se no momento atual”.

Numa intervenção no Fórum TSF, o deputado afirmou que o Governo que tanto falou contra a austeridade e que disse que com ele a austeridade não voltaria, é o mesmo que escondeu dos deputados, das instituições e dos portugueses 1738 páginas do PRR, onde defende a adoção de medidas como a concentração de urgências, gestores escrutinados, novas organizações, ou seja, “um conjunto muito vasto de medidas de austeridade”.

No entender do deputado do PSD, esta atuação revela um “modo de estar do Governo que se vem repetindo frequentemente e que demonstra que “o Governo muitas vezes o que pensa não é o que diz e, quase sempre, o que faz não é o que diz e o que pensa.”

Apesar de estarmos perante “ministros que mentem” e de um “Governo que esconde”, Maló de Abreu apelou ainda à responsabilidade e garantiu que “devemos conhecer mais em concreto o que estava escondido”, adiantando desde já que o que a Saúde precisa é de investimento.



PSD EXIGE COMPENSAÇÕES PELO FECHO DA PONTE MÓVEL DE MATOSINHOS

O PSD quer que o Governo exija uma compensação à administração portuária pelo encerramento da ponte móvel que liga Matosinhos e Leça da Palmeira, no distrito do Porto. A ponte reabriu à circulação na terça-feira, pelas 18h00.

O líder da concelhia do PSD de Matosinhos, Bruno Pereira, referiu que “durante dois meses que foi um inferno circular em Matosinhos” e que o encerramento da ponte móvel para reparação provocou “graves constrangimentos no comércio, e empresas”.

“São setores altamente penalizados pela decisão da APDL. Tem de haver consequências: a reparação mais rápida da ponte e a APDL tem de assumir uma compensação pelo custo que desta situação significa para os matosinhenses”, defendeu.

Por sua vez, o deputado na Assembleia da República Álvaro Almeida avançou que o PSD vai questionar o executivo socialista sobre “a conduta da APDL [Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo]”, que tutela a ponte móvel, e exigir “mais transparência e alternativas de tráfego”.

A ponte móvel que liga Matosinhos a Leça da Palmeira fechou no dia 30 de março para manutenção, numa operação que estava estimado durar um mês, mas em 29 de novembro o presidente da APDL anunciou que a infraestrutura iria continuar fechada durante mais três semanas.



Numa deslocação à ponte, uma comitiva do PSD exigiu “soluções e responsabilidade”, apontando que esta infraestrutura “tem vindo a ter avarias regulares”.

“Vamos exigir, através do Governo, que a APDL seja transparente nesta questão. Que diga à população qual é o problema, quanto tempo vai demorar e que não esteja a fazer encerramentos de 30 dias renováveis. E, também, que encontre uma solução de mobilidade entre Matosinhos e Leça da Palmeira que não tenha de passar pela [autoestrada] A28”, disse Álvaro Almeida.

Bruno Pereira criticou a APDL por esta “agir como dona do concelho de Matosinhos, quando não o é” e disse que “a questão da ponte móvel é uma vergonha”.

“É impossível circular em Matosinhos. Esta ponte era o escape porque se não vai tudo afunilar na A28 e na ligação à rotunda dos Produtos Estrela. Mas o problema da ponte móvel não são só problemas mecânicos. O asfalto da ponte já está em aço. A ponte móvel já está altamente desgastada e não é devidamente intervencionada”, criticou o líder do PSD/Matosinhos.

A ponte móvel encerrou em 30 de março para trabalhos de manutenção, nomeadamente para a mudança do cilindro do lado norte/nascente e da rótula sul/nascente. Mas segundo revelou a APDL a 29 de abril, nos testes finais, foi detetada uma nova anomalia, o que obrigou a novos trabalhos e a adiar a reabertura. Durante o encerramento, o transporte entre as margens foi assegurado por transportes fretados pela APDL que funcionam durante 24 horas, de 10 em 10 minutos durante o dia (das 07h00 às 22h00) e de 20 em 20 minutos durante a noite (das 22h00 às 07h00). As paragens situam-se, em Matosinhos, no acesso nascente à ponte móvel (junto à paragem da Maré de Matosinhos) e, em Leça da Palmeira, por baixo da ponte (junto à paragem dos STCP). Desde a sua inauguração, em julho de 2007, a ponte sofreu quatro avarias, nomeadamente em 2013, 2018, 2019 e 2020 associadas à “gripagem” prematura das rótulas principais de movimentação dos tabuleiros.

CÂMARA DA GUARDA PREVÊ CONCLUIR OBRA DOS PASSADIÇOS DO MONDEGO EM AGOSTO



A Câmara Municipal da Guarda prevê concluir no mês de agosto a obra dos Passadiços do Mondego, uma infraestrutura considerada “estruturante” para o concelho, anunciou o seu presidente.

Segundo o autarca Carlos Chaves Monteiro, o executivo municipal que lidera aprovou, dia 10, o novo plano de trabalhos e a prorrogação do prazo de execução das obras em 110 dias, prevenendo que a sua conclusão ocorra “em meados/finais de agosto”.

A prorrogação deve-se, sobretudo, ao facto de os trabalhos terem estado suspensos no verão passado devido aos alertas máximos para o risco de incêndio, explicou o responsável.

Carlos Chaves Monteiro disse aos jornalistas, no final da reunião camarária, que os trabalhos “estão a andar bem” no terreno e as equipas “estão em capacidade máxima para concluírem, no espaço mais curto de tempo, esta obra que é estruturante para o concelho”.

O auto de consignação e o lançamento da primeira pedra da obra dos Passadiços do Mondego, que está a ser desenvolvida em dois lotes, ocorreu no dia 27 de novembro de 2019, no âmbito das comemorações do Dia da Cidade.

Segundo Carlos Chaves Monteiro, trata-se de “uma obra estruturante para a valorização do território, numa lógica de desenvolvimento turístico, e que representa um investimento de cerca de três milhões de euros”.

O trajeto dos Passadiços do Mondego desenvolve-se nas margens do rio Mondego, nas proximidades da cidade da Guarda, ao longo de um percurso com cerca de 11,5 quilómetros. Os passadiços, que ficarão a 15 minutos da cidade, integrarão um percurso que inicia na aldeia de Videmonte, passa na aldeia dos Trinta, em Vila Soeiro e termina na barragem do Caldeirão. O percurso integrará travessias de pontes, zonas de ‘slide’ e zonas culturais e aproveitará grande parte dos caminhos já existentes. Com a construção dos passadiços no rio Mondego, o presidente da Câmara da Guarda acredita que o município irá “potenciar muito mais a capacidade de atração ao território”.

Para o autarca trata-se de “um grande projeto para a Guarda, para a região e para o todo nacional”.

O município da Guarda também decidiu proceder à adjudicação da obra de requalificação do Mercado de São Miguel (na Guarda-Gare), pelo valor de 339 mil euros (mais IVA), e da terceira fase da obra de requalificação e ampliação da Plataforma Logística, no valor de 855 mil euros (mais IVA).

Carlos Chaves Monteiro sublinhou que são duas obras “importantes para a Guarda” e vão “colmatar necessidades “fundamentais, quer do ponto de vista empresarial, no âmbito da Plataforma Logística, quer no âmbito da dinamização dos produtores locais, naquilo que diz respeito ao Mercado Municipal de São Miguel”.



MADEIRA QUER INVESTIR EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À MEDICINA

Miguel Albuquerque, presidente do Governo da Madeira, anunciou que o executivo pretende investir em inteligência artificial aplicada à medicina nos próximos anos, sublinhando que o objetivo é colocar o serviço de saúde regional na “linha da frente”.

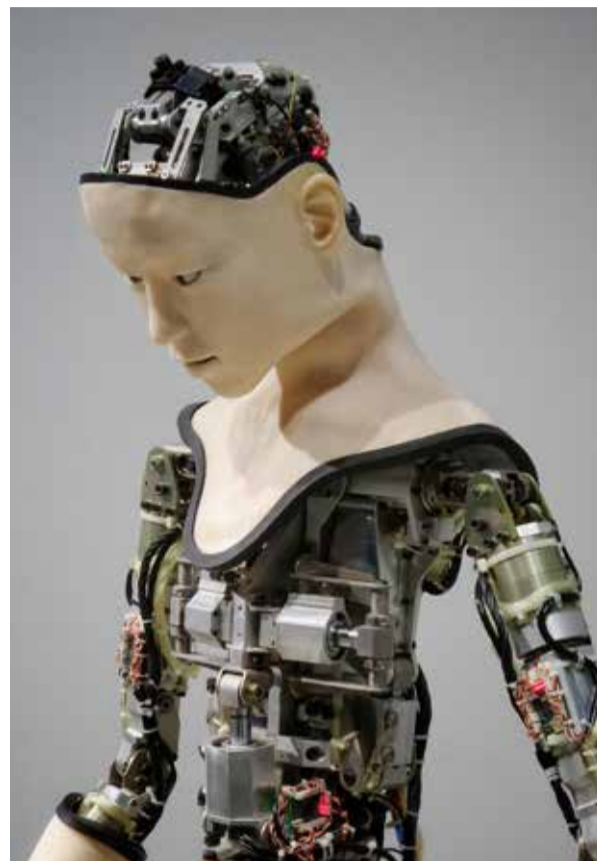
“A ideia é a região acompanhar e, sobretudo, liderar projetos de transição digital”, disse o governante, referindo que o objetivo é “começar a trabalhar com mais afinco” na aplicação da inteligência artificial para fins terapêuticos.

Miguel Albuquerque falava na apresentação do projeto ICU4COVID, um sistema de telemedicina ao nível dos cuidados intensivos, no Hospital Dr. Nélio Mendonça, no Funchal. O ICU4COVID envolve 20 unidades hospitalares em vários países europeus e representa um investimento global de 10,4 milhões de euros, financiado a 100% pelo

programa comunitário Horizonte 2020, sendo coordenado pelo UNINNOVA - Instituto Desenvolvimento de Novas Tecnologias, em Portugal.

A Madeira foi escolhida para o desenvolvimento do projeto-piloto ao nível nacional, com a ligação de nove camas – quatro em cuidados intensivos e quatro no serviço de urgência, no Hospital do Funchal, e uma no centro de saúde do Porto Santo – a um “cockpit” de monitorização central.

O sistema permite o acompanhamento dos doentes à distância e é tido como “solução inovadora” no contexto da atual pandemia de covid-19, sendo que o objetivo do projeto ICU4COVID é a criação de diversos eixos de telemedicina aplicada aos cuidados intensivos, espalhados pelo mundo.



“Este é o primeiro passo de um conjunto de projetos que vão ser alargados, tendo em vista aquele que é o nosso objetivo: colocar o Sesaram [Serviço de Saúde da Madeira] na linha da frente da modernização, da cooperação e da internacionalização”, declarou Miguel Albuquerque.

O governante sublinhou ainda que o novo Hospital Central da Madeira, cuja construção deverá ter início este mês, vai dispor de uma área reservada à investigação e à ciência. “Temos já alguns protocolos de cooperação com instituições nacionais e internacionais e uma das áreas que queremos trabalhar é a utilização da inteligência artificial para fins médicos”, disse.



ENSINO PRESENCIAL REGRESSA NA ILHA DE SÃO MIGUEL

Vila Franca do Campo é o único concelho da ilha de São Miguel que permanece em alto risco de contágio da covid-19 e o ensino presencial regressa em todos os níveis de escolaridade nos restantes municípios, anunciou o executivo açoriano.

Na conferência de imprensa semanal de revisão das medidas restritivas no âmbito da pandemia, o secretário Regional da Saúde indicou que o ensino vai manter-se à distância apenas no concelho de Vila Franca do Campo, exceto para os alunos do 1.º e 2.º anos do ensino básico e no caso das disciplinas do ensino secundário sujeitas a exames nacional, o que até agora se aplicava em todos os concelhos.

Nos restantes concelhos, Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Povoação, o Governo Regional determinou o regresso do ensino presencial em todos os níveis de escolaridade.

“Na ilha de São Miguel, temos um único concelho em situação de alto risco, o concelho de Vila Franca do Campo, e, por isso, em situação de calamidade”, afirmou Clélio Meneses.

De acordo com a avaliação semanal de risco, os concelhos da Lagoa e Ribeira Grande passam a estar em médio

alto risco, Povoação em médio risco, Ponta Delgada em baixo risco e o Nordeste em muito baixo risco.

A escala de risco utilizada pela Região Autónoma dos Açores tem cinco níveis: muito baixo, baixo, médio, médio alto e alto. De acordo com o secretário Regional da Saúde, deixam de vigorar em toda a ilha as restrições de circulação, o encerramento de escolas, dos estabelecimentos de restauração e de outros serviços, passando a vigorar medidas específicas por concelho, uma vez que a ilha de São Miguel deixou de estar em alto risco. As alterações nos níveis de contágio dos seis concelhos da ilha de São Miguel e respetivas medidas estão em vigor desde das 00h00 de sábado, 8 de maio.

De acordo com a alteração que já tinha sido anunciada na quarta-feira, em Vila Franca do Campo “os estabelecimentos de restauração passam a estar abertos até às 15h00”, sendo que podem funcionar em regime de ‘take-away’ até às 22h00 locais, mas “os estabelecimentos de bebidas, vulgarmente designados cafés, estão encerrados”.

“Há aqui o entendimento de que, pela avaliação que foi sendo feita nestes últimos tempos, a restauração consegue, de alguma forma, cumprir e garantir regras de segurança e distanciamento”, mas, “nos cafés, não é tanto



assim, e o que se percebe é que, nos concelhos de alto risco, são focos de contaminação”, explicou o governante.

Naquele município, continua proibida a circulação a partir das 20h00 nos dias de semana e aos fins de semana a restrição passa a ser a partir das 17h00.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**SECÇÕES****BARCELOS**

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os Militantes do Partido Social Democrata, Secção de Barcelos, para reunirem em Plenário Extraordinário, no próximo dia 21 de Maio, (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, no grande Auditório do IPCA (Engenheiro António Tavares), sita no Campus do Politécnico do Cávado e do Ave, Barcelos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação da proposta da Comissão Política para substituição de um Vice-Presidente e do Secretário da Comissão Política da Secção de Barcelos, por vacatura dos cargos, nos termos do artigo 53º dos Estatutos do PSD;
2. Informações;
3. Análise da situação política.

Nota: O uso de máscara é obrigatório.

Será salvaguardado o distanciamento físico recomendado pela DGS

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Assembleia da Secção de Felgueiras para reunir em Plenário, dia 29 Maio de 2021 (sábado), às 15H00 no Auditório da Escola Secundária de Felgueiras, sita na Av. Dr. Manuel de Faria e Sousa, 4610-178 Felgueiras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Autárquicas 2021;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros assuntos.

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e das deliberações do Conselho de Jurisdição do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa, num formato misto, para reunir, uma primeira fase, no dia 20 de Maio (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, via formato online, por Videoconferência através da plataforma Zoom e formato presencial, na Sede Distrital do PSD Lisboa, sita Praça São João Bosco 3B, Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Aprovação dos cabeças de lista às 24 freguesias.
Nota: Alerta-se para o facto de a credenciação começar às 20H30 (tanto no formato online como o presencial), sendo para melhor condução dos trabalhos, apela-se aos militantes que façam o login nessa hora. A lotação máxima na Sede Distrital do PSD Lisboa, face às atuais condicionantes, será de 35 pessoas, pelo que se apela a que só se dirijam à Sede os militantes que não tenham possibilidade de aceder via digital ao plenário.

Endereço de acesso:

<https://us02web.zoom.us/j/87496513719?pwd=RUDbD3ZZamQzOWNXa3c0VnVud0xkUT09>

Esta Assembleia da Secção irá prosseguir, com a votação deste ponto, no dia 21 de Maio (sexta-feira), com uma aberta das 10H00 às 19H00, na Sede do PSD Lisboa, sita Rua Luciano Cordeiro nº 116, 2º Esq 1050-087 Lisboa.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção Concelhia de Loures, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 24 de Maio de 2021 (segunda-feira), pelas 20h45, na plataforma ZOOM (as indicações de acesso à reunião estarão disponíveis atempadamente, por email e no sítio do PSD Loures nas redes sociais) com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação e apreciação dos Candidatos Autárquicos à Assembleia Municipal de Loures, e às Assembleias de Fre-

guesia do concelho, tendo em vista as eleições autárquicas de 2021;

3. Análise da situação política Local e Nacional.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Lourinhã, para reunirem no dia 12 de Junho de 2021 (sábado), pelas 14H30, na Sede Concelhia sita na Rua Eng.º Adelino Amaro da Costa, nº 4-Cave A-Lourinhã com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos órgãos da secção;

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: A Eleição decorrerá entre as 14H30 e as 16H30 de acordo com o Regulamento Eleitoral do PSD.

As Listas candidatas para a Comissão Política e para a Mesa da Assembleia devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção (contacto: 917268520) ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao do ato eleitoral.

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 21 de Maio (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00 no Largo Avião Lusitânia nº 15, Oeiras, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Relatório e Contas de 2020;
3. Eleições Autárquicas 2021.

Nota: Tendo em conta a situação pandémica que vivemos, com inúmeras restrições, nomeadamente o distanciamento físico entre pessoas, a reunião funcionará num modelo misto.

Nesto sentido, os militantes podem participar através das seguintes opções:

Os militantes que pretendam participar presencialmente na reunião, terão obrigatoriamente de comunicar tal vontade para o endereço de correio eletrónico ola@psdoeiras.pt. Não será autorizado na sala, a quem não tenha procedido à comunicação.

Os militantes que pretendam participar no plenário por videoconferência, podem solicitar o acesso para o endereço eletrónico ola@psdoeiras.pt

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Lima, para reunir em sessão ordinária, dia 21 de Maio de 2020 (sexta-feira), pelas 20H30, na sua Sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Autárquicas 2021;
3. Outros assuntos de interesse.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Vila Nova de Famalicão para reunirem em Plenário no próximo dia 20 de Maio de 2021, (quinta-feira) pelas 21H30, na Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise do processo Eleitoral Autárquico ao abrigo do art. 53º dos Estatutos do Partido Social Democrata.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

POR LAPSO ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 05-05-2021

CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos, convoca-se Conselho Distrital da JSD Distrital de Aveiro para dia 21 de Maio de 2021 (sexta-feira), pelas 21h30, a decorrer em local a designar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento do VI Congresso Distrital;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos de interesse.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Sesimbra, para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 12 de junho de 2021 (sábado), pelas 15 horas, na sede concelhia de Sesimbra, sita na Rua da República, n.º 20 – 1.º Esq. - 2970-741 Sesimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD de Sesimbra.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa JSD Distrital, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas, estarão abertas entre 15h00m e as 17 Horas.